

MARIA RITA DE HOLANDA



PARENTALIDADE

ENTRE A REALIDADE SOCIAL E O DIREITO

PREFÁCIO
PAULO LÔBO

VOL.
7



FORUM

Esta obra aborda a análise da autonomia parental no ordenamento jurídico brasileiro e a sua interface com a realidade social, ressaltando os limites ao exercício individual para o planejamento familiar garantido pela Constituição Federal Brasileira e demonstrando que o valor jurídico da solidariedade traça um perfil objetivo e coletivo para as escolhas individuais da filiação. Analisa, sobretudo nos costumes da sociedade brasileira, as posturas de decisões judiciais, provimentos administrativos e resoluções deontológicas que ora contrariam as normativas legais, ora avançam em novas perspectivas para os projetos parentais, propondo, a partir das concepções da autonomia da vontade e da autonomia privada, uma visão híbrida para a autonomia existencial, com base valorativa na dignidade humana, na liberdade, com destaque para a igualdade material de gênero.

MARIA RITA DE HOLANDA

PARENTALIDADE

ENTRE A REALIDADE SOCIAL E O DIREITO

Prefácio
Paulo Lôbo

Área específica
DIREITO CIVIL.

Áreas afins
DIREITO DE FAMÍLIA E
SOCIOLOGIA JURÍDICA.

Público-alvo/consumidores
ESTUDANTES, ADVOGADOS, OPERADORES
DO DIREITO E DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS EM GERAL.

7

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10003036

H722p Holanda, Maria Rita de

Parentalidade: entre a realidade social e o Direito / Maria Rita de Holanda.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

282p.

Coleção Fórum Direito Civil e seus Desafios Contemporâneos. v. 7

ISBN da Coleção: 978-85-450-0675-6

ISBN: 978-65-5518-237-8

1. Direito Civil. 2. Direito de Família. 3. Sociologia Jurídica. I. Título.

CDD 342.16

CDU 347.6

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

HOLANDA, Maria Rita de. *Parentalidade: entre a realidade social e o Direito*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 282p. (Coleção Fórum Direito Civil e seus Desafios Contemporâneos. v. 7). ISBN 978-65-5518-237-8.

Maria Rita de Holanda

Doutora em Direito Privado pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Direito Civil pela PUC-SP, advogada, professora universitária, pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Constitucionalização das Relações Privadas”, da UFPE, e do Grupo de Pesquisa “Direito Civil e Ação”, da Unicap. Conselheira Científica do IBDFAM/PE, com pós-doutorado pela *Universidad de Sevilla* na Espanha.

PREFÁCIO	
Paulo Lôbo	13
APRESENTAÇÃO	
Marcos Ehrhardt Júnior	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I	
PARENTALIDADE SOB DIVERSOS CONTEXTOS	33
1.1 Contextualização das convenções parentais	33
1.2 Sociedades primitivas e determinação cultural	35
1.3 Influência da moral religiosa	42
1.4 Modelos legais no Brasil e influências normativas	45
1.4.1 As Ordenações Filipinas e as Constituições do Arcebispado da Bahia	45
1.4.2 As legislações civis.....	51
1.5 Criança e adolescente – surgimento do sujeito de direito.....	62
1.6 Contexto da história da família europeia e sua influência colonizadora.....	64
1.7 Família brasileira a partir da Constituição Federal de 1988	68
1.8 Vicissitudes da contemporaneidade – problematizações ao estabelecimento do estado de filiação	74
CAPÍTULO II	
PRINCÍPIOS PARENTAIS E INCIDÊNCIA NORMATIVA	79
2.1 Princípios constitucionais e sua funcionalidade.....	79
2.1.1 Dignidade humana e da pessoa humana	87
2.1.2 Solidariedade familiar	91
2.1.3 Liberdade <i>que aprisiona</i>	94
2.1.4 Igualdade <i>na desigualdade</i>	96
2.1.5 Convivência familiar.....	101
2.1.6 Melhor interesse da criança e do adolescente.....	104
2.1.7 Afetividade.....	107
2.1.8 Parentalidade responsável.....	109
2.2 Elementos fáticos da incidência da norma jurídica vigente.....	112
CAPÍTULO III	
REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA NO BRASIL	119
3.1 Bioética principialista e bioética interventiva	119
3.2 Técnicas e formas auxiliares à reprodução humana	124
3.3 Base constitucional brasileira	125
3.4 Regras de intersecção limitadoras aos efeitos das técnicas de reprodução humana assistida	134
3.5 Menção e reflexão sobre os efeitos parentais das técnicas nas presunções jurídicas de filiação	143
3.6 Dados oficiais da reprodução humana na realidade brasileira.....	151
3.7 Regras deontológicas e administrativas: o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Nacional de Justiça	155
3.8 Reprodução humana como fato jurídico	167

CAPÍTULO IV

AUTONOMIA NA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA – VALORIZAÇÃO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR	171
4.1 As dimensões do critério socioafetivo.....	171
4.2 Convivência como fato jurídico	178
4.2.1 Paternidade/maternidade na lei – adoção e presunções jurídicas	179
4.2.1.1 Adoção	179
4.2.1.2 Presunções legais – prazos e consentimento expresso na valorização da socioafetividade	190
4.2.2 Paternidade e maternidade na construção interpretativa da doutrina e jurisprudência.....	193
4.2.2.1 Posse de estado de filiação – conduta volitiva implícita pela convivência.....	193
4.2.2.2 Adoção à brasileira – convivência volitiva na conduta ilícita (convivência x tipo penal).....	195

CAPÍTULO V

LIMITES DA AUTONOMIA PARENTAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO E A REALIDADE SOCIAL	201
5.1 Autonomia da vontade, autonomia privada e autonomia existencial	201
5.2 Autonomia quantitativa: monoparentalidade e multiparentalidade	208
5.2.1 Autonomia monoparental.....	210
5.2.2 Multiparentalidade	225
5.2.3 Autonomia na prática da gestação sub-rogada	237
5.2.3.1 O perigo do turismo reprodutivo	252
5.2.3.2 O <i>mito do amor materno</i> e a bioética feminista.....	258
CONCLUSÃO.....	263
REFERÊNCIAS.....	271